

Habeas Corpus nº: 0002555-54.2014.8.17.000 (0329997-6)
Comarca Origem: Vara Única – Sertânia
Impetrantes: Bel. José Vicente Pereira Cardoso da Silva e
OUTROS
Paciente: Pâmela Suzyn de Melo Braz
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Carlos Alberto Pereira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ARTS. 171 (TRÊS VEZES) E 168, §1º, INCISO III (DUAS VEZES), DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 84, DO TJPE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, NESSA EXTENSÃO. RECONHECIMENTO DE CONTINUIDADE DELITIVA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NO ÂMBITO DO WRIT. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, NESSE ASPECTO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A instrução transcorre, na medida do possível, de forma regular, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.
2. O excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito. Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, do TJPE.
3. No caso sob exame, trata-se de caso complexo, que envolve 05 (cinco) ações conexas, a fim de apurar diversos estelionatos, com várias vítimas esparsas, dificultando a localização de todas elas para serem ouvidas, o que, de per si, acarreta uma demora normal e razoável no andamento do processo.
4. Exige-se, para o reconhecimento da continuidade delitiva, além da comprovação dos requisitos objetivos, a unidade de

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

designios, ou seja, o liame volitivo entre os delitos, a demonstrar que os atos criminosos se apresentam entrelaçados. Ou seja, a conduta posterior deve constituir um desdobramento da anterior.

5. Ocorre que a via estreita do *Habeas Corpus* é inadequada para a incursão em aspectos fático-probatórios que comprovem a existência dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento da continuidade delitiva.

6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0329997-6, em que figuram, como impetrantes, o advogado José Vicente Pereira Cardoso da Silva e OUTROS e, como paciente, **Pâmela Suzyn de Melo Braz**, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, no tocante à alegação de excesso de prazo e em **não conhecer** do pedido de trancamento da ação penal objeto deste *Writ*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 14 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0002555-54.2014.8.17.000 (0329997-6)
Comarca Origem: Vara Única – Sertânia
Impetrantes: Bel. José Vicente Pereira Cardoso da Silva e OUTROS
Paciente: **Pâmela Suzyn de Melo Braz**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Carlos Alberto Pereira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado José Vicente Pereira Cardoso da Silva e OUTROS, em favor de **Pâmela Suzyn de Melo Braz**, devidamente qualificado nos autos, sob alegação de que estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte da MM. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Sertânia, ora apontada como autoridade coatora.

Alegam os impetrantes que apesar de a paciente ter sido denunciada no âmbito do processo-crime nº **0001131-46.2012.8.17.1390**, como incurso nas sanções dos crimes previstos nos arts. 171 (três vezes) e 168, § 1º, inciso III (duas vezes) do Código Penal, foi também denunciada pelo Ministério Público por mais 04 (quatro) vezes, pelos mesmos fatos, **gerando litispendência**, vez que a paciente praticou apenas um crime, sendo todos os outros apenas uma continuidade delitiva do primeiro.

Asseveram que as outras 04 (quatro) ações penais a que responde a paciente (processos nºs 0001055-22.2012.8.17.1390; **0001131-46.2012.8.17.1390**; 0001163-51.2012.8.17.1390 e 0000982-50.2012.8.17.1390) narram sempre o mesmo crime como se fossem desígnios autônomos, e não delitos continuados, como propôs, corretamente, o representante do *Parquet* na última denúncia (processo nº 0000694-68.2013.8.17.1390), que foi oferecida na forma do art. 71 do Código

Penal, pela prática, em tese, do crime de estelionato, perpetrado contra as vítimas Josefa Maria da Silva, em 27/ 06/2012 e Florista Maria de Melo, no dia 04/07/2012.

Por outro lado, sustentam que **a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente é ilegal**, pois se baseou em um pedido que sequer foi formulado pelo Ministério Público.

Outrossim, argumentam que a instrução criminal vem se arrastando há quase 01 (um) ano e 05 (cinco) meses, **extrapolando todos os limites** da razoabilidade quanto ao lapso temporal necessário para a **formação da culpa**.

Requerem, liminarmente, **a revogação da prisão preventiva** e, no mérito, o **trancamento** da ação penal nº 0001131-46.2012.8.17.1390.

A inicial, de fls. 02/11, veio desacompanhada de documentos.

Pedido liminar indeferido em decisão de fls. 19/21.

Ofício contendo informações da autoridade coatora acostado às fls. 27/28, acompanhado dos documentos de fls. 29/44.

Parecer da Procuradoria, acostado às fls. 49/52, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 14 de 05 de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0002555-54.2014.8.17.000 (0329997-6)
Comarca Origem: Vara Única – Sertânia
Impetrantes: Bel. José Vicente Pereira Cardoso da Silva e
OUTROS
Paciente: Pâmela Suzyn de Melo Braz
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Carlos Alberto Pereira
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme anunciado no relatório, buscam os impetrantes, em síntese, ver reconhecido o direito de a paciente aguardar em liberdade o seu julgamento, alegando que ela está sofrendo constrangimento ilegal por **excesso de prazo** na formação da culpa.

Além disso, sustentam que a paciente responde, além da ação penal objeto deste *habeas corpus*, a outras 04 (quatro) ações que narram sempre o mesmo crime como se fossem desígnios autônomos, e não continuados, como propôs, corretamente, o representante do Ministério Público na última denúncia (proc. nº 0000694-68.2013.8.17.1390), que foi oferecida na forma do art. 71, do CP, pela prática, em tese, do crime de estelionato, requerendo, desse modo, **o trancamento da ação penal** sob análise (0001131-46.2012.8.17.1390).

De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 27/28), a paciente responde às seguintes ações penais na 1ª Vara daquela Comarca:

- a) 0001131-46.2012.8.17.1390, sendo denunciada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171 e 168, do CP, tendo como vítimas Maria Ivonete de Oliveira e outros;

- b) 0000982-50.2012.8.17.1390, sendo denunciada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171 e 297, do CP, tendo como vítimas Josefa Gustavo da Silva e outros;
- c) 0001163-51.2012.8.17.1390, sendo denunciada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171 e 168, do CP, tendo como vítimas José Nunes de Almeida e outros;
- d) 0001055-22.2012.8.17.1390, sendo denunciada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171 e 168, do CP, tendo como vítimas Paulo Virgínio de Siqueira e outros;
- e) 0000694-68.2013.8.17.1390, sendo denunciada pela prática do delito tipificado no art. 171, c/c art. 71, do CP, tendo como vítimas Josefa Maria da Silva e outros;

Afirmou a magistrada que a denúncia foi recebida em 20/11/2012, após o que a paciente foi citada e apresentou defesa preliminar.

Em relação à primeira audiência de instrução, informou que apenas uma vítima compareceu ao ato, procedendo-se a sua oitiva, sendo determinada, na ocasião, a designação de nova audiência para ouvir as vítimas remanescentes, as testemunhas da defesa e interrogar a paciente.

Explicou que, para a oitiva das 02 (duas) testemunhas remanescentes, foram expedidas cartas precatórias às Comarcas de Arcoverde e Buíque, ressaltando que a audiência de continuação da instrução está marcada para o dia 28/04/2014.

Ora, pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto,

podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada; e que complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Senão vejamos:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** - (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, desta Egrégia Corte, que assim dispõe:

"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro do parâmetro de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Portanto, no que tange ao alegado **excesso de prazo**, razão não assiste aos impetrantes já que, a despeito do decurso do tempo desde a prisão preventiva, a contagem do prazo deve ser feita de maneira global e não isoladamente, como pretendido. Eventual retardo em um ato pode ser compensado em outro.

Nada mais correto, pois uma pequena perda de tempo na realização de um ato procedimental, como, p. exemplo, na remessa do

inquérito policial a Juízo ou no oferecimento da denúncia, pode ser recuperada posteriormente, durante a instrução, sem que haja um comprometimento do prazo global estabelecido para a formação da culpa.

Além disso, é importante destacar a complexidade do caso, que envolve 05 (cinco) ações conexas, a fim de apurar diversos estelionatos, com várias vítimas esparsas, dificultando a localização de todas elas para serem ouvidas, o que, de per si, acarreta uma demora normal e razoável no andamento do processo.

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.

Sobre o assunto, destaco trecho do seguinte julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese. 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Por outro lado, **em relação ao pedido de trancamento da ação penal objeto deste HC**, tem-se que o mesmo não deve ser conhecido, pelos motivos que declino:

Sabe-se que, nos termos do art. 71, do Código Penal, o delito continuado evidencia-se quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, comete mais de um crime da mesma espécie.

Porém, não basta que haja similitude entre as condições objetivas (tempo, lugar, modo de execução e outras similares). É necessário que entre essas condições haja uma ligação, um liame, de tal modo a evidenciar-se, de plano, terem sido os crimes subsequentes continuação do primeiro.

A respeito do tema surgiram algumas teorias, dentre elas a teoria puramente objetiva, que abstrai os elementos subjetivos, e a teoria mista, também conhecida como híbrida, que entende ser necessária a presença de elementos objetivos e subjetivos.

Ocorre que as Cortes Superiores vêm manifestando-se, reiteradamente, no sentido de que, **para restar caracterizada a continuidade delitiva, além dos requisitos objetivos, é necessária a demonstração da unidade de desígnios (lame subjetivo).**

Destarte, não há como, na via estreita do *habeas corpus*, proceder-se a amplo reexame dos fatos e das provas para reexaminar o preenchimento de tal requisito.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. RECONHECIMENTO DE CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE UNIDADE DE DESÍGNIOS. CONDUTAS QUE CARACTERIZAM HABITUALIDADE CRIMINOSA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PROGRESSÃO DE REGIME. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O entendimento desta Corte é no sentido de que a reiteração criminosa indicadora de delinquência habitual ou profissional é suficiente para descaracterizar o crime continuado" (STF – RHC 93.144/SP, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 9.5.08).

2. Não se pode confundir continuidade delitiva com habitualidade criminosa. Vê-se que, no caso presente, houve a reiterada prática de crimes, de forma estável e duradoura, não havendo falar em aplicação do benefício. O acórdão impugnado apresenta-se muito bem fundamentado e aponta a presença de desígnios autônomos nos delitos de roubo praticados, afastando-se, desta forma, a incidência do art. 71 do CP.

3. No caso, aludiram as instâncias ordinárias a prática de crimes com modo de execução diverso, com diferentes comparsas, contra vítimas distintas.

4. A via estreita do Habeas Corpus é inadequada para a incursão em aspectos fático-probatórios que comprovem a existência dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento da continuidade delitiva.

5. *Omissis*

6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

(HC 137.334/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 25/10/2010)
Grifos nossos

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. CONTINUIDADE DELITIVA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. REITERAÇÃO CRIMINOSA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NO ÂMBITO DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA (ART. 105, INCISO II, ALÍNEA A, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. **Exige-se, para o reconhecimento da continuidade delitiva, além da comprovação dos requisitos objetivos, a unidade de desígnios, ou seja, o liame volitivo entre os delitos, a demonstrar que os atos criminosos se apresentam entrelaçados. Ou seja, a conduta posterior deve constituir um desdobramento da anterior.**

2. Se as instâncias ordinárias reconheceram que existe, de fato, a reiteração de delitos e a habitualidade na prática criminosa, mostra-se irrepreensível a conclusão de refutar a aplicação do art. 71 do Código Penal. **Entender diversamente, outrossim, implicaria acurada avaliação probatória, o que, na angusta via do habeas corpus, não se admite.**

3. Writ não-conhecido, por se tratar de errônea impetração de habeas corpus originário em substituição à via de impugnação cabível no caso, qual seja, o recurso ordinário constitucional (art. 105, inciso II, alínea a, da Constituição da República). Precedentes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e das Turmas criminais desta Corte Superior.

(HC 245.630/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 31/03/2014) Grifos nossos

Recurso ordinário em habeas corpus. Delitos de roubo. Unificação das penas sob a alegação de continuidade delitiva. **Não-ocorrência das condições objetivas e subjetivas. Impossibilidade de revolvimento do conjunto probatório para esse fim.** Recurso desprovido. Precedentes. 1. **Para configurar o crime continuado, na linha adotada pelo Direito Penal brasileiro, é imperioso que o agente:** a) pratique mais de uma ação ou omissão; b) que as referidas ações ou omissões sejam previstas como crime; c) que os crimes sejam da mesma espécie; d) que as condições do crime (tempo, lugar, modo de execução e outras similares) indiquem que as ações ou omissões subsequentes efetivamente constituem o prosseguimento da primeira. 2. **É assente na doutrina e na jurisprudência que não basta que haja similitude entre as condições objetivas (tempo, lugar, modo de execução e outras similares). É necessário que entre essas condições haja uma ligação, um liame, de tal modo a evidenciar-se, de plano, terem sido os crimes subsequentes continuação do primeiro.** 3. O entendimento desta Corte é no sentido de que a reiteração criminosa indicadora de delinquência habitual ou profissional é suficiente para descaracterizar o crime continuado. 4. Incensurável o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, ora questionado, pois não se constata, de plano, ocorrerem as circunstâncias configuradoras da continuidade delitiva, não sendo possível o revolvimento do conjunto probatório para esse fim. 5. Recurso desprovido.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

(RHC 93144, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 18/03/2008, DJe-083 DIVULG 08-05-2008 PUBLIC 09-05-2008 EMENT VOL-02318-02 PP-00384 RTJ VOL-00209-01 PP-00258)

Ante o exposto, por não reconhecer **excesso de prazo** na formação da culpa alegado pelos impetrantes, **o meu voto pela denegação da ordem e pelo não conhecimento do pedido de trancamento da ação penal objeto deste Habeas Corpus.**

Recife, 14 de 05 de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator